



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0551/12	DATA: 15/05/2012
INÍCIO: 11h55min	TÉRMINO: 12h22min	DURAÇÃO: 00h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h26min	PÁGINAS: 9	QUARTOS: 6

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Alcançado aqui o nosso *quorum* regimental, vamos dar início à nossa reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Declaro, portanto, aberta a 4ª Reunião da CPI destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, causas e consequências, de 2003 a 2011, compreendendo a vigência da Convenção de Palermo.

Informo aos Parlamentares que foi distribuída cópia da ata. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Acatada a dispensa da leitura da ata.

Coloco em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que estão de acordo com os termos da ata permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Nós temos aqui alguns requerimentos. Inicialmente, temos um ofício da Deputada Teresa Surita justificando a sua ausência nas reuniões de 24 de abril e 8 de maio.

Há também ofício do Deputado Flaviano Melo justificando sua ausência também na reunião do dia 3 de abril.

Ofício da Secretaria de Justiça dos Direitos Humanos do Paraná encaminhando informações e respostas ao ofício desta CPI referente a ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Ofício da Secretaria de Pernambuco, Defesa Social de Pernambuco, encaminhando também informações a pedido desta CPI.

Também registramos o recebimento de ofício do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça, convidando para o Seminário Brasil/União Europeia sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas, que será realizado de 31 de maio a 1º de junho aqui em Brasília.

Queria informar também que a reunião com o Ministro Antonio Patriota, que estava agendada para amanhã, por solicitação do Ministro foi antecipada para o dia



de hoje, às 18h30min. O Ministro teria uma atividade que não estava registrada à época em que confirmou essa audiência para amanhã, e solicita a antecipação. Se não for possível, ele só poderá nos atender daqui a uns 15 dias. Eu acho que vale a pena fazer um esforço hoje, às 15h30min, e a gente ir lá para concluir a nossa rodada, ficando apenas a pendência do Ministério da Justiça, quanto àquelas agendas preliminares.

Então, eu deixo agendada para hoje essa audiência com o Ministro Antonio Patriota, do Ministério das Relações Exteriores, lá do Palácio do Itamaraty.

Eu vou passar para o Requerimento nº 2, da Deputada Flávia Moraes. Ela requer um convite ao Ministério das Relações Exteriores para informação sobre o cumprimento da Convenção de Palermo quanto ao tráfico de pessoas.

Nós vamos estar hoje lá no Ministério, se aprovado o requerimento; depois, a gente agenda a data.

Então, eu submeto à discussão dos Srs. Deputados que queiram discutir o requerimento da Deputada Flávia Moraes. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Srs. Deputados que estão de acordo mantenham-se como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Eu pediria ao Deputado Severino que assumisse aqui os trabalhos. O Regimento me impede de conduzi-lo para votar este requerimento, que é de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Severino Ninho) - Dando sequência aos trabalhos, vamos agora apreciar o Requerimento nº 11/2012, do Deputado Arnaldo Jordy, que requer a convocação da Sra. Maria José Rodrigues, presa em flagrante no momento em que recebia uma criança recém-nascida das mãos da mãe, uma adolescente de 17 anos, na região do Grajaú, zona sul de São Paulo.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Jordy, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, é só para... Há urgência da convocação dessa moça, que tomou conta do Judiciário na semana passada e que estava fazendo a receptação de uma criança de uma mãe



adolescente. Provavelmente, essa criança estaria já com endereço certo, ao ser objeto de tráfico de pessoas para fora do Brasil.

Segundo as notícias do noticiário, também há confirmação, parece, do Ministério Público, que já iniciou um processo de investigação lá em São Paulo sobre essa rota do tráfico de adoção, provavelmente. Com isso aí, supostamente, acho de importância de nós a ouvirmos, até porque essa moça, a qualquer momento, pode ser liberada. Então, não só sua convocação na condição de presa, mas também porque ela está pagando a fiança que lhe foi arbitrada, de 2 salários mínimos, e é bem provável que ela já não esteja mais presa quando da convocação aqui.

Aproveito também a oportunidade desse requerimento para fazer um adendo. Acho que nós deveríamos também convocar, para ouvirmos aqui na CPI, o travesti Érika, que está preso em Belém, que foi preso em Anápolis, depois encaminhado para Belém, também sob a acusação de tráfico de pessoas, mantendo inclusive uma casa de encontros lá em Anápolis, com vários travestis, provavelmente aliciados, segundo o seu depoimento, no Maranhão e no Pará, para objeto também de tráfico de pessoas.

Então, aproveito esse requerimento para adendar. Acho que esses são os 2 casos que esta CPI deveria ouvir, no sentido de tentar ajudar na investigação, haja vista que esses casos já estão sendo investigados. Mas só para se ter uma ideia, esse rapaz de Goiânia, de Anápolis... O enquadramento que foi feito pela Polícia Civil de Anápolis foi por rufianismo. Depois é que a Delegada Cristiane, que esteve lá conosco, esclareceu que fez um enquadramento que garante hoje a prisão e a continuidade da investigação.

Então, acho que esses são os 2 depoimentos de maior urgência que esta CPI deva ouvir, para tentar ajudar no esclarecimento dos casos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Severino Ninho) - Continua em discussão, agora, com emenda aditiva para a convocação do travesti Érika, citado pelo Deputado.

Com a palavra o Deputado Leonardo Gadelha.

O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA - Sr. Presidente, muito rapidamente, não há qualquer dúvida sobre a pertinência das proposituras. Apenas,



já que S.Exa., o Deputado Jordy, alude ao fato de que a cidadã em questão está prestes a ser liberada, talvez seja necessário oficial rapidamente à polícia, porque não sei se há endereço certo, se essa pessoa tem endereço conhecido. Acho que seria necessário dar um caráter de urgência ao ofício a ser expedido à Polícia Civil do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Severino Ninho) - Não havendo...

Com a palavra o Deputado Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Só uma pergunta, Sr. Presidente. No caso de essa testemunha já estar solta, a testemunha, essa senhora, a Maria José Rodrigues, nós teremos condições de convocá-la para vir aqui, mesmo depois de ser solta. Temos — não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Severino Ninho) - Com a palavra a Deputada Liliam Sá.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Olhem, pela gravidade do caso, não seria interessante a gente também pedir os autos de lá, o depoimento dela, ver o que ela falou? De repente, em vez de a gente esperar para ouvi-la onde ela está, com autorização, não sei como são os trâmites, acho que seria interessante se a gente pudesse ir até lá, porque não sei quanto tempo ela vai ficar até ser liberada. Acho que seria interessante.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Severino Ninho) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Eu acho que a fala da Deputada Liliam Sá é muito boa, mesmo porque a gente poderia entrar em contato com o próprio delegado que efetuou a prisão. Ele poderia dar melhores informações sobre isso. Eu acredito até que ele tenha investigado. Então a gente poderia ter melhores detalhes dessa investigação também. Porque não é só a prisão dela, não é? Ele, naturalmente, vai saber a origem dessa criança, onde foi que ela a pegou, com quem pegou. Enfim, eu acho que a gente poderia obter melhores detalhes.

Como eu sou de São Paulo, eu me coloco aqui à disposição da Comissão para qualquer tipo de trabalho ou diligência em São Paulo.



O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA - É um fato assustador, Sr. Presidente, segundo o Relator colocou no seu ofício: a fiança foi arbitrada em 2 salários mínimos. Um crime dessa gravidade e uma fiança tão insignificante!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Severino Ninho) - E é porque a lei aumentou os valores recentemente, senão seria de 10 reais — não é verdade, Deputado? Foi aumentada recentemente.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É um absurdo isso! É uma falta de vergonha!

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu queria dizer, só para colaborar com as observações pertinentes, Deputado Paulo Freire, Deputada Liliam, Deputado Leonardo, que nós já solicitamos ao Delegado Márcio Martins Matias — ouviu, Deputado Paulo? —, delegado titular da 6ª Delegacia de Carandiru. Nós já solicitamos a cópia do inquérito policial para que a gente possa, para que possamos nos apropriar melhor de todo o enredo que envolveu esse episódio. Portanto, eu espero que a gente tenha, ainda esta semana, cópia desse material. E ela pode ser convocada, mesmo na condição de presa, ou na condição de cidadã acusada, suspeita — está certo? Não há nenhum impedimento nessa condição. Apenas se ela vier na condição ainda de presa, nós não poderemos ouvi-la aqui, nas dependências do Congresso, por um Ato da Mesa já de algum tempo que proíbe isso. Nós teremos que, talvez, ouvi-la lá na Polícia Federal, para o que não vejo nenhum problema.

Mas nós avaliamos na semana passada estas duas hipóteses: a de ir a São Paulo ou a de chamá-la aqui. E me parece que a opinião majoritária foi de que a gente pudesse trazê-la aqui para a ouvirmos. Evidentemente, antes, tendo nós o acesso ao inquérito policial, para que a gente não fique apenas a fazer um ato pirotécnico. Que a gente possa, evidentemente, ajudar na investigação, e que a gente possa, com as prerrogativas da CPI, em conjunto com o Delegado da Polícia Civil da 6ª Delegacia de São Paulo, ter uma ação de cooperação no sentido de apurar, provavelmente, essa rota de tráfico de pessoas, crianças e bebês.

Então, era só para informar da solicitação já do inquérito, da cópia do inquérito policial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Severino Ninho) - Em votação o requerimento.



As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Eu passo a Presidência ao Deputado Arnaldo Jardim para que dê continuidade aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jardim) - Obrigado, Deputado Severino.

Não há mais requerimento a ser apreciado.

Eu queria só fazer uma ponderação aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas.

No próximo dia 22, terça-feira, nós teremos uma audiência aqui com os núcleos de direitos humanos e tráfico de pessoas dos Estados. Alguns, inclusive, já confirmaram a presença. A convocação da D. Maria José, portanto, seria para o dia 29. Mas eu acho muito demorado isso, acho muito demorado. Acho que a gente poderia tentar trazê-la na próxima semana, logo. A gente poderia, talvez, marcar para o dia 23. No dia 22, terça-feira, faríamos a audiência, que já está em curso, com os núcleos dos Estados, e, no dia 23, quarta-feira, nós ouviríamos a D. Maria José. Se ela estiver ainda na condição de presa, será na Polícia Federal. Se não, a ouviremos aqui mesmo, nas dependências das Comissões, no plenário.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é, dia 29 ficaria muito longe. Na terça você vai estar?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dia 23 você não está.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Podemos fazer mesmo na terça-feira, Sr. Presidente, logo depois da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Podemos. Eu não vejo nenhum problema.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Eu também não vejo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nossa audiência aqui é às 11h, na terça. Nós poderíamos pautar para a parte da tarde, para ouvi-la nas dependências da Polícia Federal, se ela estiver ainda na condição de presa.



A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Vou pedir a compreensão dos nobres Deputados, porque há muitos que estão em duas CPIs. Eu sou Relatora da CPI do Turismo Sexual. Gostaria de participar das duas. Vou só vou pedir que fosse um horário compatível, para que pudéssemos ir às duas. Se fosse depois das 16 horas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Poderíamos marcar para as 16h.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É, já adiantou um pouco. Geralmente, as Comissões começam às 14h — não é, Luiz?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É por aí. Sempre atrasa um pouquinho. Mas a gente tem que se virar nos trinta para tentar dar conta das coisas.

Então, fica para o dia 22 mesmo, às 16h, ou aqui ou na sede da Polícia Federal.

Não havendo mais nenhum assunto em pauta a tratar, eu pergunto aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas se há alguma outra questão pertinente que os senhores queiram levantar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, a Agência de Informação Frei Tito para a América Latina traz uma matéria, do dia 11 de maio, intitulada *Movimento denuncia a omissão do Estado com o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Seria importante a gente convidar um membro da Agência de Informação Frei Tito para a América Latina, para que também nos pudesse trazer esses elementos, demonstrando ou não essa questão da omissão do Estado com relação ao II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Luiz Couto, eu estou plenamente de acordo, e acho que todos estão. Sugiro apenas que V.Exa. possa formalizar o requerimento

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - OK.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mesmo agredindo as formalidades regimentais, eu já considero até aprovado seu requerimento. V.Exa. o



faz, e, na próxima sessão, a gente já o pauta como prioridade. Vamos ter outra audiência, além da dos núcleos, com as entidades institucionais e a sociedade civil. E acho que já poderíamos incluir esse convite que V.Exa. sugere.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputada Liliam.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir o seguinte. Vou entrar, na semana que vem, com alguns requerimentos. Estou só levantando os endereços das mães das meninas que desapareceram na cidade do Rio de Janeiro. Na cidade, não; no Estado, porque começou dentro da capital e, depois, foi para os Municípios. Desapareceram meninas.

Eu fiz uma CPI na Câmara quando era Vereadora. Nós chamamos a Polícia Federal. Fomos à Polícia Federal, Polícia Civil, INTERPOL, e ninguém tem pista dessas meninas, nem corpo nem nada.

No caso de uma delas, a Thaís de Lima Barros, que sumiu em Bangu, a 50 metros de distância da mãe, há o retrato falado do indivíduo. Pelo que a mãe falou, ele trabalhava no porto. Eu gostaria de levantar toda essa documentação. Ainda não entreguei essa documentação porque estou toda enrolada com a CPI do Turismo Sexual, onde sou Relatora. São duas CPIs...

Minha equipe no Rio de Janeiro está levantando os endereços novos dessas mães. Eu gostaria de trazer essas mães. Ou vamos ao Rio de Janeiro ou elas vêm até aqui para fazerem seu depoimento.

Trata-se de uma rota do crime. Essas meninas foram sumindo. Vou comprovar isso para vocês. Elas têm de 7 a 12 anos. De 2 em 2 meses, sumia uma no Rio. O tipo físico delas é bem parecido. Então, a gente acha que sumiram por encomenda. Eram encomenda para a rede de exploração sexual e pedofilia.

Então, eu gostaria que fossem ouvidas. Que pedíssemos também ao delegado responsável pelo inquérito sobre a filha dela a foto desse indivíduo. Podemos até trazer esse indivíduo para ser ouvido nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Já havíamos comentado sobre isso, Deputada Liliam. Eu acho extremamente importante essa informação que V.Exa. traz. Pela cadeia das informações que V.Exa. traz e registra, talvez fosse interessante até nós fazermos essa audiência pública lá no Rio de Janeiro, para ouvirmos também o Ministério Público, o juiz, todos os personagens e instituições,



todos os agentes envolvidos nessa situação. Inclusive, V.Exa. diz que não são tipicamente aquelas meninas com maior vulnerabilidade, do ponto de vista social e econômico. São meninas de classe média que não estariam — vamos dizer assim — naquele perfil mais típico de vulnerabilidade.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eles não querem meninas de rua. Eles não pegam meninas de rua; eles pegam meninas de família.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - V.Exa. poderia apresentar esse requerimento. Acho que isso justificaria, inclusive, uma ida da CPI até lá, para ouvir todas essas entidades de perto.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Então, vou fazer um requerimento pedindo uma audiência. Vamos ver onde podemos fazer essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Seria uma diligência no Rio de Janeiro com audiência pública.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Com audiência pública.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Esse fato é recente? É dos últimos anos?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não. Esse fato já tem uns 10 anos. Há meninas, como a Caroline...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Não aconteceu agora há pouco?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não, não foi de agora há pouco. É coisa de 2 anos — e é porque lá nós falamos, e eles maneiraram um pouquinho. Sumiu a Ana Paula de Rocha Miranda... Só em Nova Iguaçu, desapareceram 6 meninas assim, seguidamente. Então, nós temos que fazer um levantamento disso tudo e juntar as informações, para que esta CPI comece a caminhar em uma rota, que, de repente, começa até na cidade do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - *OK.*

Mais algum Deputado?

Então a gente agradece a presença de todos e dá por encerrada nossa reunião.